

## AUTOMAÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS: USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JUDICIÁRIO

### Autor(es)

Maria Luiza Gonçalves De Aguiar

Carine Silva Diniz

Habib Ribeiro David

Bárbara Hellen Augusto E Silva

Luciana Calado Pena

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### Introdução

O crescimento constante do número de processos judiciais tem exigido do Poder Judiciário novas formas de atuação. Diante dessa realidade, a utilização da tecnologia passou a ser uma alternativa importante para garantir mais agilidade e eficiência no andamento dos processos. Nesse contexto, a Inteligência Artificial (IA) aparece como um instrumento de apoio aos magistrados, ao mesmo tempo em que levanta discussões sobre os limites éticos e jurídicos de sua aplicação. A introdução da IA no sistema judicial busca otimizar a análise de dados, reduzir a morosidade e melhorar a tomada de decisões, porém é fundamental considerar os impactos sociais e garantir a transparência, a imparcialidade e a responsabilidade dos algoritmos utilizados.

### Objetivo

Compreender de que maneira a Inteligência Artificial está sendo utilizada para auxiliar na tomada de decisões judiciais, apontando benefícios, riscos e possíveis impactos no sistema de justiça.

### Material e Métodos

A pesquisa foi feita com base em materiais de natureza qualitativa, consultando livros, artigos jurídicos, estudos institucionais e exemplos práticos, como o Projeto Victor, utilizado no Supremo Tribunal Federal (STF). O método consistiu na análise crítica de dados disponíveis, buscando perceber tanto os avanços trazidos pela tecnologia quanto as preocupações que surgem em torno de sua utilização no ambiente judicial brasileiro.

### Resultados e Discussão

A adoção da Inteligência Artificial pelo Judiciário tem contribuído para a diminuição do acúmulo de processos e a otimização de atividades repetitivas. Ferramentas como o Projeto Victor auxiliam na identificação de processos com temas semelhantes, o que permite ao STF priorizar julgamentos mais relevantes. No entanto, o uso da tecnologia também traz desafios: surgem questionamentos sobre a transparência dos algoritmos, a preservação

da imparcialidade e o risco de decisões automatizadas desconsiderarem aspectos subjetivos importantes para cada caso. Fica evidente que, apesar dos ganhos, é necessário muito cuidado para que a IA atue apenas como ferramenta de apoio, sem substituir a análise humana, que é essencial na realização da justiça.

### **Conclusão**

Embora a Inteligência Artificial traga melhorias importantes para o Judiciário, é indispensável garantir que seu uso respeite os princípios constitucionais e preserve o papel central do ser humano na prática jurídica. O futuro da justiça passa pela tecnologia, mas sem abrir mão da sensibilidade e da responsabilidade que apenas as pessoas podem oferecer.

### **Referências**

Referências: BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Justiça em Números 2024. Disponível em: [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br). Acesso em: 27 abr. 2025. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Projeto Victor. Disponível em: [www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br). Acesso em: 27 abr. 2025.